

Estudo da situação e necessidades de saúde da comunidade de Antônio Pereira, Ouro Preto - MG: Segunda fase

Joyce Larissa Gomes de Carvalho^{1,*}, Sara Helena Quintino², Aisllan Diego de Assis³

¹Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

² Mestre em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

³Docente do Departamento de Medicina e no mestrado profissional em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

*E-mail da autora correspondente: joyce.carvalho@aluno.ufop.edu.br

Submetido em: 30 jan. 2025. Aceito em: 09 abr. 2025

Resumo

Antônio Pereira, distrito histórico de Ouro Preto (MG), enfrenta desafios crescentes devido à mineração industrial e ao risco de rompimento de barragens, especialmente após os desastres em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), Minas Gerais. A preocupação da comunidade com a barragem de Doutor, operada pela VALE S/A, motivou este estudo, realizado no âmbito do programa de extensão e pesquisa "De Mãos Dadas com Antônio Pereira". Foram aplicados questionários a 171 moradores, coletando dados sociodemográficos e clínicos. A maioria dos participantes são mulheres (58,2%) e autodeclarados negros (48,5% pardos e 35,7% pretos). Doenças crônicas como hipertensão (18,9%) e transtornos mentais, como ansiedade (14,6%), foram prevalentes. Fatores socioeconômicos, como baixa renda e falta de saneamento, agravam as condições de saúde. Além disso, a percepção de problemas ambientais e o medo do rompimento da barragem impactam diretamente a qualidade de vida. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas públicas para mitigar os impactos da mineração e melhorar o bem-estar da comunidade.

Palavras-chave: Saúde Coletiva, Saúde Mental, Mineração, Barragens, Comunidade Atingida, Ouro Preto-MG.

Abstract

Study of the health situation and needs of the community of Antônio Pereira, Ouro Preto - MG: Second phase

Antônio Pereira, a historic district of Ouro Preto (MG), faces growing challenges due to industrial mining and the risk of dam failure, especially after the Mariana (2015) and Brumadinho (2019) disasters. Community concerns regarding the Doutor dam, operated by VALE S/A, motivated this study, conducted within the "De Mãos Dadas com Antônio Pereira" research and extension program. Surveys were conducted with 171 residents, collecting sociodemographic and clinical data. The majority of participants were women (58.2%) and self-declared Black individuals (48.5% mixed-race and 35.7% Black). Chronic diseases such as hypertension (18.9%) and mental disorders, including anxiety (14.6%), were prevalent. Socioeconomic factors such as low income and lack of sanitation worsen health conditions. Additionally, concerns about environmental pollution

and the fear of rupture directly and significantly impact residents' quality of life. The study highlights the urgent need for public policies to mitigate the impacts of mining and improve the community's well-being.

Keywords: Public Health, Mental Health, Mining, Dams, Affected Community, Ouro Preto-MG.

Introdução

Antônio Pereira é um distrito situado ao norte do município de Ouro Preto, a aproximadamente 26 km da sede municipal. O distrito faz parte da rica história da região, tendo sido fundado no século XVII durante o ciclo do ouro (Bechler; Pereira, 2014). A localização do distrito de Antônio Pereira pode ser vista no mapa a seguir, que destaca sua posição em relação aos outros distritos de Ouro Preto. Seu acesso principal se dá pela rodovia MG-129, que conecta o distrito à sede, sendo possível chegar a partir de Belo Horizonte pela BR-040 e MG-129.

Além de sua ligação com Ouro Preto, Antônio Pereira está localizado a cerca de 11 km de Mariana, outra cidade histórica importante da região. Na Figura 1, é possível visualizar essa proximidade, rota que atravessa diretamente o cotidiano mais imediato dos moradores. Até o ano de 2023, o único acesso rodoviário entre Antônio Pereira e Ouro Preto passava por Mariana, o que faz com que muitos habitantes optem por buscar serviços, como os de saúde, educação, lazer; além de uma expressiva participação na oferta de serviços em Mariana devido à maior facilidade de acesso e menor distância (Beserra; Camargo, 2023). Assim, apesar de formalmente estarem vinculados à rede municipal de Ouro Preto, a proximidade com Mariana torna esta cidade uma opção mais conveniente para os moradores de Antônio Pereira.

Como arraial, teve origem no século XVII, tomado por bandeirantes atraídos pela abundância de ouro na região. A origem de Antônio Pereira remonta a 1693 com a chegada do português

Antônio Pereira Machado para exploração de ouro, no arraial já reconhecido como Bom Fim do Mato Dentro (Assis; Quintino, 2025). Ao longo dos séculos, a mineração de ouro dominou a economia local, resultando em um crescimento urbano significativo que atraiu a atenção de estudiosos internacionais, como o geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege e o botânico francês Saint-Hilaire, que visitaram o distrito de Antônio Pereira para analisar suas riquezas naturais (Apolinário, 2019).



Figura 1. Município de Ouro Preto e seus distritos- Minas Gerais.

Fonte: Reprodução dados Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Na década de 1970, a mineração industrial ganhou força, acompanhada de um crescimento desordenado no número de domicílios. Esse desenvolvimento desorganizado trouxe desafios consideráveis para o saneamento básico e o abastecimento de água em Antônio Pereira, problemas que ainda hoje são mais pronunciados do que em outros distritos de Ouro Preto (Cruz, 2013). Além disso, a polêmica sobre a vocação

econômica de Antônio Pereira é antiga. Historiadores argumentam que atividades como o comércio, a produção têxtil artesanal e a agricultura coexistiram com a mineração do século XVII ao XIX. No entanto, os revisionistas afirmam que as terras locais eram propícias para a agricultura, dificultando a diversificação econômica durante os períodos de declínio da mineração. Esse legado contribuiu para a dependência econômica do distrito das atividades de mineração, agravando os impactos ambientais, urbanos e sanitários na comunidade (Apolinário, 2019).

A relação entre a população e a empresa mineradora tencionou-se a partir do ano de 2015, com o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG), fato este que desencadeou uma crise econômica local. Em 2019, o desastre na barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho (MG) levou a Agência Nacional de Mineração (ANM) a reformular os protocolos de segurança, exigindo a desativação de barragens a montante (Beserra; Camargo, 2023). Essas mudanças expuseram os riscos das barragens e provocaram transformações estruturais, incluindo a remoção de famílias e ações de descomissionamento e indenização por danos causados pela mineração.

Em 2019, foi constituída uma rede de parceria entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), empresas e comunidade do distrito para a realização de um programa de extensão e pesquisa, "De mãos dadas com Antônio Pereira", voltado para saúde coletiva e saúde mental da comunidade. Em 2022, esse programa foi realizado com recursos públicos advindos de edital público das instituições, empresas e comunidade. Até o ano de 2024, esta proposta apresentou 15 ações de extensão e pesquisa, organizadas em 4 etapas e 15 metas, que comungam com o objetivo

de promover o acolhimento e empoderamento dos moradores e moradoras de Antônio Pereira, por meio da concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS - no distrito. Todas as ações de extensão e pesquisa da proposta desenvolvidas no distrito projetaram foco na valorização do protagonismo e da participação ativa da comunidade. Essas iniciativas promovem o acolhimento e o empoderamento dos moradores, contribuindo para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Assis et al., 2024).

O programa de extensão e pesquisa "De mãos dadas com Antônio Pereira" oferece atividades educativas, de saúde, lazer e convivência para os moradores do distrito. Essas atividades envolvem públicos de diferentes faixas etárias, com destaque para jovens, adultos e idosos, abrangendo diversas realidades escolares e sociais. As atividades extensionistas do programa utilizam práticas grupais como metodologia central, implementando rodas de diálogo e grupos operativos em espaços da comunidade. Essas práticas, amplamente reconhecidas na pesquisa qualitativa em saúde, são fundamentais para a produção de conhecimento baseado no compartilhamento de identidades, territórios e saberes (Assis, 2023). Entre as 15 ações integradas ao programa, destaca-se a realização do estudo aprofundado sobre a situação e necessidades de saúde no contexto de Antônio Pereira.

As mudanças decorrentes deste turbulento processo de transformações nas atividades minerárias geraram significativas repercussões na saúde dos moradores do distrito, com impactos sentidos tanto em relação à saúde individual quanto à saúde coletiva da população. Dada a escassez de menções à saúde da população afetada na literatura disponível, o objetivo tem sido o de produzir conhecimentos científicos que

beneficiem a comunidade, além de fornecer informações concretas para orientar ações de restauração e promoção da saúde dos moradores do distrito. Neste artigo, apresentamos os resultados da segunda fase do "Pereira.doc: estudo aprofundado da situação e necessidades de saúde dos moradores e moradoras do distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto-MG". Apresentamos as análises de dados quantitativos coletados a partir da aplicação de um formulário eletrônico de avaliação da saúde e saúde mental em grupos focais realizados com moradores do distrito, grande parte destes, participantes das ações de extensão e pesquisa realizadas, juntamente com a comunidade.

MATERIAL e MÉTODOS

A pesquisa foi fundamentada em uma abordagem quantitativa cujos dados foram gerados por meio de um formulário eletrônico, elaborado pela equipe de pesquisa. O instrumento de coleta incluía informações sociodemográficas, clínicas, hábitos de vida e análise dos problemas da comunidade de acordo com a percepção dos participantes sobre a gravidade (muito grave, grave, pouco grave).

Além disso, foram utilizadas escalas para avaliação da saúde mental dos participantes, incluindo o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ) para identificar sofrimento mental. Os pontos de corte foram definidos por meio da curva *Receiver Operating Characteristic* (ROC), que compara o teste de rastreamento com um padrão-ouro. A curva ROC representa a sensibilidade (eixo y) em relação aos falsos-positivos (complemento da especificidade, eixo x), permitindo identificar o ponto de corte ideal para diferenciar casos e não-casos com maior precisão, neste estudo o corte foi de 7 pontos (> 7: enfrenta algum tipo de sofrimento mental) (Gonçalves; Stein; Kapczinski, 2008). Outro instrumento utilizado foi a Escala de

Enfrentamento Breve (Brief COPE) que utiliza um protocolo resumido com afirmações para verificar a frequência em que estratégias de enfrentamento são utilizadas no cotidiano da população (Carver, 1997), que a foi calculado o percentil (uso elevado foi calculado percentil 66, enquanto o médio entre o 33º e o 66º percentil, e o baixo uso abaixo do 33º percentil).

Os participantes das atividades do programa foram convidados a responder o formulário eletrônico, disponibilizado via tablet ou por meio de um link acessível em outros dispositivos com conexão à internet. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (CEP) da UFOP (CAAE 69820023.1.0000.5150). Todos os participantes receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), enquanto os participantes menores de idade participaram mediando termo de assentimento recebido e assinado pelos pais ou responsáveis. A coleta aconteceu durante o primeiro semestre do ano de 2024, período do mês de fevereiro ao mês de junho de 2024.

No total, foram obtidas 171 respostas válidas, validadas pelo TCLE. Embora não tenha sido realizado um cálculo amostral, consideramos que esse grupo de participantes, dada sua diversidade etária e de gênero, pode fornecer uma visão relevante sobre a comunidade de Antônio Pereira. No entanto, trata-se de uma amostra de conveniência, já que os participantes foram incluídos conforme disponibilidade, o que é característico das amostras não-probabilísticas, como afirma Sampieri, Collado e Lucio (2006, apud Duarte; Machado; Matos, 2013), que ressaltam o uso dessas amostras na pesquisa qualitativa. Todas as respostas foram integralmente preenchidas, o que resultou na criação de uma planilha no Excel contendo os dados. Após a coleta, as informações foram revisadas e

organizadas para uma análise descritiva. As escalas aplicadas foram pontuadas e interpretadas de acordo com seus critérios específicos.

Resultados e Discussão

Caracterização sociodemográfica da população participante do estudo

Entre os participantes da pesquisa, 99 eram mulheres (58,2%), 65 eram homens (38,2%) e 6 (3,5%) se autodeclararam com orientações sexuais diversas, incluindo gays, lésbicas, demissexuais e trans, evidenciando a diversidade de gênero e sexo presente na amostra.

Este primeiro dado situacional, revela um perfil histórico da comunidade: as mulheres de Antônio Pereira sempre desempenharam um papel fundamental no território, sendo uma presença predominante histórica e pulsante (Rainá, 2024). Um exemplo desse protagonismo é o movimento "As Mulheres Guerreiras", que evidencia a predisposição feminina para o engajamento político e social na região. Nesta perspectiva, a presença e o protagonismo das mulheres se destacam no cenário local, especialmente no expressivo engajamento em atividades grupais (Cruz, 2022).

A pesquisa apresentou uma representação significativa do território, abrangendo desde os mais novos até os idosos, o que a torna inclusiva e diversa. Essa abrangência de públicos nas extremidades etárias destaca o efeito geracional, com diferentes gerações analisando as mesmas questões. A faixa etária de jovens adultos, entre 20 e 29 anos, também se mostrou bastante participativa. Houve um equilíbrio na distribuição dos participantes entre as faixas etárias, com pré-adolescentes (10 a 14 anos) representando 5,8% (10) dos entrevistados, adolescentes (15 a 19 anos) com 13,5% (23), jovens adultos (20 a 29 anos) com 12,3% (21), adultos (30 a 39 anos) com

9,9% (17), meia-idade (40 a 49 anos) com 12,9% (22), adultos mais velhos (50 a 59 anos) com 19,9% (34), idosos (60 a 69 anos) com 14,6% (25) e aqueles entre 70 e 79 anos com 7,0% (12). O número de superidosos foi de 2,3% (4), representando participantes com 80 anos ou mais.

A distribuição racial dos respondentes revela uma predominância significativa da população autodeclarada negra, com 48,5% (83) se identificando como pardas e 35,7% (61) como pretas. Esses dados reforçam a característica histórica de Antônio Pereira, um distrito marcado pela forte presença da população negra, evidenciando a continuidade dos remanescentes africanos que sempre constituíram a maioria local (Corrado et al, 2024). Este cenário não é recente, como demonstra o levantamento histórico apresentado no 1º Seminário do Pereira Doc, que faz um resgate da população em 1858, quando o *Correio Oficial de Minas* apontava uma significativa população escravizada no território. Tal informação sublinha o fato de que, historicamente, a população afrodescendente teve um papel central na formação social e cultural do distrito (pereira.doc, 2023).

Ao analisar esses dados sob a perspectiva de gênero, o quadro torna-se ainda mais revelador. Historicamente, as mulheres negras constituíam a maioria entre a população escravizada da região, fato que remete diretamente ao protagonismo feminino observado em Antônio Pereira, como já foi apontado aqui, pelo movimento contemporâneo "As Mulheres Guerreiras" (Cruz, 2022). Essa continuidade histórica sugere que o engajamento político e social das mulheres negras no território está enraizado em um legado de resistência e luta que se manifesta vibrante até hoje. Assim, a predominância feminina nos movimentos sociais de Antônio Pereira pode ser vista como uma extensão da força histórica dessas mulheres, cujo

papel foi fundamental na formação e transformação da comunidade local.

Entretanto, é fundamental refletir sobre os impactos do mito da força da mulher negra, amplamente discutido por estudiosas e ativistas, como no trabalho que aborda as implicações desse estereótipo na construção da subjetividade e ação política de mulheres negras (Castro, 2019). A ideia de uma força sobre-humana atribuída às mulheres negras, embora frequentemente travestida de positividade, tem servido como mecanismo de perpetuação de violências e opressões, inclusive em espaços de ativismo feminino. Essa reflexão permite compreender como a resistência e o protagonismo das mulheres negras em Antônio Pereira, embora fundamentais, podem também carregar as marcas desse modelo mental que insiste em subsistir, adaptando-se aos tempos contemporâneos.

A diversidade racial também se reflete na presença de 4,1% de participantes que se autodeclararam indígenas. Em Ouro Preto, a questão indígena é pouco documentada e enfrenta desafios semelhantes aos observados em todo o país, como o reconhecimento oficial. É importante destacar que a presença não branca no município é expressiva, representando 70% da população, número que inclui a população indígena do território (Neves, 2022). Em contraste, a população autodeclarada branca corresponde a apenas 10,5% dos respondentes, evidenciando uma menor representatividade em relação aos grupos negros. Além disso, a categoria "Amarela" foi representada por dois participantes. Esses números sublinham a diversidade e destacam a forte presença da população autodeclarada negra, em consonância com a composição histórica e cultural do território.

A distribuição religiosa dos 171 participantes revela uma predominância significativa de católicos, representando 54% do total, o que

equivale a 92 pessoas. Os evangélicos correspondem a 33,6%, ou cerca de 57 participantes. Aqueles que se declaram sem religião constituem 9,5% dos respondentes, representando aproximadamente 16 pessoas, enquanto 1,5% se identificam como ateus, totalizando cerca de 3 participantes. Apesar da forte presença histórica e cultural da Igreja Católica no território, a pesquisa revela uma polarização religiosa, evidenciada por uma significativa parcela da população que não se identifica como católica, composta principalmente por evangélicos. Esse cenário reflete o contexto nacional, marcado por um declínio na população católica e um expressivo crescimento da população evangélica, especialmente dos grupos pentecostais (Oro, 2020).

Outro cruzamento de dados revela um índice crucial para se compreender a forte repressão religiosa que recai sobre as práticas de matrizes africanas. Embora se constate o número expressivo de pessoas autodeclaradas negras, não há menção em religiões de matriz africana pelos participantes da pesquisa, reforçando a complexidade e diversidade religiosa do território. Essa ausência pode ser interpretada como resultado do apagamento sistemático dos princípios éticos culturais de matriz africana e da falta de reconhecimento histórico e cultural dessas tradições no Brasil. Esse processo não apenas perpetua a opressão, mas também reforça a ideia preconceituosa e racista de que tais práticas são erradas ou inadequadas. Assim, é mantida uma narrativa que impede o pleno afloramento da identidade cultural negra e africana, sufocando sua expressão e contribuindo para a desvalorização de sua herança cultural e religiosa (Adesky, 1997).

Outro fator socioeconômico importante para se compreender o perfil da comunidade, então representada pelos participantes, diz respeito às relações de trabalho com as empresas

mineradoras. Os participantes foram classificados em nove grandes grupos: área da saúde, área da educação, administração, trabalho doméstico, estudantes, autônomos, comércio, serviço, mineração e outros. Uma subclassificação da ocupação foi realizada com base na pergunta sobre a relação do trabalho com a mineração, revelando que 54 participantes (30,9%) afirmaram que suas ocupações estão atualmente relacionadas à mineração.

De acordo com Apolinário (2019), essa dependência econômica da mineração é justificada por sua profunda e histórica ligação com a atividade mineral, que moldou o desenvolvimento econômico e social da região ao longo dos séculos. Desde o início da exploração do ouro no século XVII, a mineração se estabeleceu como a principal atividade econômica da região, tornando-se a base da economia local. Esse contexto histórico é ainda mais evidenciado no início do século XX, quando a mineração de ferro se tornou uma atividade central, especialmente com a instalação de grandes empresas na região, como a Vale. Mesmo com a expansão industrial e com o aumento da mineração, a região tem enfrentado crises cíclicas que evidenciam sua contínua dependência dessa atividade. A queda na arrecadação e as dificuldades econômicas associadas a eventos como o rompimento de barragens mostram como a economia local é vulnerável às flutuações do setor mineral. Esses fatores revelam a persistência da mineração como uma força dominante e a ausência de alternativas econômicas significativas para a região (Coelho, 2017).

Quando analisamos os dados sob a perspectiva de gênero, observamos que 83,3% das mulheres não estão vinculadas ao trabalho na mineração. Em contraste, 54,7% dos homens afirmam ter empregos relacionados a esse setor. Esses números revelam que, embora exista uma

dependência econômica em relação à mineração, uma parte significativa da população, especialmente as mulheres, desempenha funções que vão além do vínculo direto com a mineração. Isso indica uma diversidade nas ocupações disponíveis e sugere que as mulheres estão buscando alternativas de trabalho que não se limitem ao setor minerário, evidenciando sua resiliência e capacidade de adaptação em um contexto econômico desafiador.

Outro dado socioeconômico revela reflexões centrais sobre as condições de saúde na comunidade. A distribuição de renda entre os 171 respondentes revela uma significativa parcela vivendo com menos de um salário mínimo. Um grupo expressivo, composto por 19,8% (34), declarou receber até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês. Dentre essas, 6,4% (11) ganham menos de R\$ 100,00 (cem reais), 5,8% (10) recebem entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais), e 7,6% (13) têm rendimentos entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais). De acordo com o IBGE (2023), esses dados já indicam a presença de extrema pobreza e miséria no território (valor abaixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês por pessoa). Além disso, 14,6% (25) relataram uma renda entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais), evidenciando que um grande número de indivíduos vive com menos de um salário mínimo.

Por outro lado, 26,9% (46) afirmaram ganhar entre R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o que sugere que esses indivíduos podem estar em uma faixa que pode se beneficiar de programas de assistência social ou de transição de renda. A classe média, estimada entre aqueles com rendimentos entre R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), inclui 22,8% (39), enquanto apenas 2,3% (4) declararam ganhar mais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Embora a mineração seja uma atividade relevante na região

(Beserra; Camargo, 2023), a renda autodeclarada não reflete diretamente essa atividade, uma vez que muitas mulheres não estão envolvidas no setor. Estima-se que a classe média seja composta principalmente por trabalhadores da mineração, funcionários públicos e outros trabalhadores do setor de serviços. A divisão da renda no distrito evidencia a coexistência de extrema pobreza, baixa renda e uma classe média moderada, refletindo a complexa estrutura socioeconômica local.

Proceder a análise dos dados de referenciamento geográfico dos participantes foi uma etapa desafiadora. Isto porque o questionamento em relação ao bairro ou localidade de moradia suscitou a dificuldade de localização com exatidão dentro do território do distrito de Antônio Pereira, possível reflexo dos processos descontínuos de urbanização de um distrito cuja ocupação histórica remonta para possíveis matrizes africanas e coloniais. Sendo assim, uma mesma rua atravessa localidades distintas dentro do território, evidenciando o traço não linear das arquiteturas naturais aos agrupamentos familiares do território, influenciados por suas matrizes indígenas e africanas.

As cores na Figura 2 representam as microrregiões dos participantes, refletindo a distribuição abrangente e inclusiva da pesquisa por todo o território. A pesquisa foi conduzida em diversas localidades e bairros do distrito de Antônio Pereira, com a maior participação registrada no Loteamento Dom Luciano, que incluiu 21 menções, seguido pela Baixada e Rua da Lagoa, que juntas representam a região central com um total combinado de 38 menções. Outras áreas com significativa participação foram a Vila Residencial Antônio Pereira, com 13 menções, e a Rua do Tabuleiro, com 7 menções.



Figura 2. Representação gráfica da localidade/bairro dos participantes da pesquisa.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Em contraste, a menor participação ocorreu em Alto da Lapa, Rua da Beira Rio, Rua Inhaia e Rua Vereador, cada um com apenas 1 menção. Outras localidades com menor participação foram Rua das Flores, Rua Padre Ângelo, Canga, Beco Novo (Pedreira) e Rua Timbopeba, todas com números reduzidos de menções.

É importante observar que muitos participantes forneceram apenas o nome da rua, sem especificar o número, o que sugere que a pesquisa pode ter percorrido uma área ainda maior do território do distrito. O mapa foi construído a partir dos endereços fornecidos pelos próprios participantes, permitindo uma representação detalhada da localização e da distribuição geográfica dos participantes da pesquisa. A abordagem abrangente assegurou que a pesquisa cobrisse toda a extensão do território, destacando as áreas de maior e menor participação ao longo do distrito.

De acordo com Espindola (2018), a dificuldade de localização dos moradores em regiões de intensa atividade mineradora pode estar relacionada ao caráter mutável e fragmentado do território, imposto pela lógica do complexo minero-metalúrgico. Esse território altera a concepção de espaço dos habitantes, promovendo uma multiterritorialidade (Haesbaert,

2005) que desvia a atenção do cotidiano e das relações comunitárias para a sobrevivência e adaptação às condições impostas pela mineração. Como resultado, a identidade territorial dos moradores é diluída, o que contribui para a perda da noção de bairro e comunidade, fragmentando a coesão social e a percepção coletiva do espaço.

Além disso, foram avaliadas as condições de moradia do imóvel, da localidade/bairro e do distrito como um todo. Observa-se uma avaliação decrescente em relação ao coletivo, pois as condições de moradia próprias foram definidas da seguinte forma: boa em 43,3% das respostas, muito boa em 19,9% (34), regular em 31% (53), ruim em 4,7 % (8) e péssima em 1,2% (2).

A análise das condições de moradia própria, com 36,9% (63) das avaliações classificadas como regular, ruim ou péssima, destaca problemas significativos de infraestrutura. Este dado é particularmente evidente na questão da água tratada e esgoto encanado dos moradores que participaram da pesquisa, isso porque 15,5% (27) dos participantes apontaram não ter acesso a nenhuma dessas condições de saneamento básico. Ao analisar as condições de acesso à água tratada e ao esgoto encanado, ficou evidente que as mulheres são as mais afetadas por essa carência, assim como os idosos acima de 60 anos. Quando observamos a questão sob a perspectiva de raça/cor, avaliada em termos percentuais dentro de cada grupo, verificou-se que os indivíduos que se autodeclaram indígenas são os mais prejudicados, seguidos por brancos, pretos e pardos, nessa ordem. No entanto, em números absolutos, os negros representam a maioria entre aqueles que não possuem acesso ao saneamento básico.

Esse cenário reflete o lugar de exclusão e marginalização a que grupos como indígenas e negros estão submetidos na sociedade brasileira. O estudo do IPEA (2010) demonstra que, entre os

anos de 1995 e 2009, houve uma redução da pobreza e das desigualdades, ainda que diferenças regionais, raciais e de gênero permaneçam acentuadas no país. Embora tenha ocorrido um aumento relativo na renda média desses grupos, o estudo revela que as desigualdades no acesso ao saneamento básico continuam extremamente expressivas. Como aponta o Instituto Trata Brasil (2025), avanços econômicos isolados não são suficientes para superar as barreiras estruturais que perpetuam essa exclusão.

Além disso, as mulheres, idosos e negros constituem a maior parte da população sem acesso à água tratada e ao esgoto encanado. Cerca de 15% (26) dos participantes relataram não possuir esses serviços essenciais, representando um grande grupo sem acesso básico ao saneamento básico. Essa realidade, marcada pela ausência de condições mínimas de sobrevivência, reflete a presença de racismo ambiental, no interior do qual as populações mais vulneráveis, como os negros, são desproporcionalmente afetadas. Em termos absolutos, os negros somam 12 das 15 respostas positivas quanto à falta de acesso ao saneamento básico, destacando o impacto desproporcional dessa problemática.

Como destacado, o racismo ambiental distribui poder e privilégio de forma desigual no espaço e no tempo, posicionando populações vulneráveis, especialmente comunidades negras, próximas a fontes de poluição e em moradias precárias, enquanto limita seu acesso a serviços básicos. Essa dinâmica não apenas perpetua a precariedade das condições de vida, mas também contribui para disparidades cumulativas de saúde e qualidade de vida, aprofundando as desigualdades estruturais que marcam essas comunidades (Kaufman; Hajat, 2021).

Ao analisar as condições de moradia na localidade ou bairro, constatou-se que 48,5% das

avaliações foram classificadas como regulares, ruins ou péssimas, somando 83 casos. Esses dados revelam uma insatisfação significativa com a qualidade habitacional e as condições estruturais específicas da área, sugerindo a presença de problemas locais que afetam diretamente uma parte expressiva dos moradores.

Ao expandir a análise para todo o distrito, o percentual de avaliações negativas sobe para 64,3%, representando 100 casos classificados como regulares, ruins ou péssimos. Esse aumento ressalta uma desorganização urbana mais ampla, refletida em problemas generalizados, como a coleta inadequada de lixo e a presença de animais soltos, como cavalos, em diferentes áreas do território do distrito. Assim, os participantes da pesquisa acabam por revelar o jogo de imagens que atravessa o território quando a comunidade traça o perfil negativo de si mesma.

Caracterização clínica

A caracterização clínica dos respondentes foi realizada a partir do levantamento das doenças apontadas pelos participantes da pesquisa. A hipertensão surge como a condição mais prevalente, representando 18,9% (53) dos participantes diagnosticados. Além da hipertensão, outras doenças crônicas também estão presentes na população, como diabetes, que afeta 8,2% (23) dos respondentes, e obesidade, que acomete 5,0% (14) dos participantes.

Além disso, ao correlacionar os dados da pesquisa com a situação de saúde do município de Ouro Preto, observa-se um reflexo da realidade do distrito de Antônio Pereira. A hipertensão arterial se destaca entre as doenças crônicas prevalentes, sendo frequentemente associada a outras condições multicomórbidas, como dislipidemia, obesidade e diabetes mellitus (Melo Neto, 2006; Valois, 2023). Esses achados refletem a realidade apontada pela Pesquisa Nacional de Amostra por

Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revela que 22,5% da população brasileira sofre de doenças crônicas, com a hipertensão sendo a condição mais comum, atingindo 13,3% da população. Este padrão é também refletido nos dados da pesquisa realizada em Ouro Preto, indicando uma forte similaridade entre as taxas locais e nacionais de hipertensão e suas comorbidades associadas (IBGE, 2019a). Complementando essa análise, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, também realizada pelo IBGE, mostram que a prevalência da hipertensão entre os brasileiros com 18 anos ou mais é de cerca de 24,5%, o que corresponde a cerca de 31,7 milhões de pessoas no país (IBGE, 2019b).

Entre os transtornos mentais, a ansiedade é o mais comum, afetando 14,6% (41) dos participantes. Quando combinada com outras condições psiquiátricas, como a depressão, que atinge 8,2% (23) dos respondentes, além de transtornos menos frequentes, como transtorno de personalidade borderline, transtorno bipolar, esquizofrenia, psicose e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), que juntos somam 3,6% (10) dos casos, os transtornos mentais emergem como um grupo significativo, representando uma preocupação importante para a saúde pública na comunidade (Corrado et al., 2024). Além disso, as doenças do sistema respiratório se destacam, afetando 13,9% (39) dos participantes, com condições como asma, bronquite, sinusite e rinite incluídas nessa categoria.

Foram analisadas as respostas relacionadas ao uso de medicamentos entre os participantes da pesquisa, revelando que 50,3% (86) relataram o uso regular de algum tipo de medicação. Ao detalhar as classes de medicamentos utilizados, observou-se que 50% (59) correspondem a anti-hipertensivos, evidenciando a prevalência de

tratamentos para controle da pressão arterial e destacando o quanto as doenças crônicas estão presentes no território.

Além disso, outras classes de medicamentos também foram mencionadas, com destaque para os antidiabéticos, que representaram 14,41% (17), e os antidepressivos, que totalizaram 13,56% (16). Estatinas, utilizadas para o controle do colesterol, foram mencionadas em 6,78% (8 menções) dos casos, enquanto broncodilatadores, anti-inflamatórios, anticonvulsivantes, analgésicos, antipsicóticos e antieméticos apresentaram percentuais menores, variando entre 0,85% e 2,54%. A categoria "Outros" incluiu 6,78% (8) de medicamentos diversos não especificados nas categorias principais.

Avaliação da percepção dos problemas da comunidade pelos participantes das atividades de extensão e pesquisa

A avaliação dos problemas enfrentados pela comunidade foi realizada por meio de um questionário composto por uma série de perguntas, para as quais os participantes foram convidados a classificar a gravidade de questões locais (Marín-León et al., 2007). As opções de resposta incluíam cinco níveis: não grave, pouco grave, moderado, grave e muito grave. Os participantes foram orientados a marcar a opção que melhor refletisse sua percepção sobre a gravidade de problemas específicos presentes em sua comunidade, proporcionando uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelos moradores.

Avaliando a categoria "muito grave", é possível perceber que a poluição foi apontada como o problema mais grave, com 69% (117) dos entrevistados considerando-a uma questão "muito grave". Esse dado reflete a preocupação acentuada dos participantes com os impactos ambientais no cotidiano da comunidade, fato este

relacionado também a outro aspecto apontado frequentemente como muito grave: a presença de barragens, considerada muito grave por 67,3% (115) dos respondentes, representa o segundo problema mais mencionado nesta categoria. A proximidade dessas estruturas na paisagem do território eleva o temor de riscos ambientais e de rompimento, o que ameaça tanto o meio ambiente quanto a segurança da população.

Além disso, a segurança, principalmente no contexto de barragens, destaca-se como um dos maiores receios da população. O risco de rompimento foi classificado como muito grave por 54,4% (92) dos entrevistados. Esse temor se justifica pelas memórias vivas das consequências devastadoras que um rompimento de barragem pode causar, afetando diretamente as vidas e o bem-estar da comunidade local. A insegurança gerada por essa possibilidade faz com que a questão se torne um dos principais problemas avaliados pelos participantes. Afinal, interrupções graves no funcionamento cotidiano de uma comunidade podem gerar perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais que frequentemente excedem a capacidade da sociedade de responder com recursos próprios, resultando em destruição significativa e desorganização social e ao acometimento mental (Weintraub et al., 2015).

Outro aspecto crítico identificado foi a falta de práticas e áreas de lazer, considerada muito grave por 47,4% (81) dos respondentes. A ausência de espaços adequados para lazer e atividades comunitárias impacta diretamente a qualidade de vida, especialmente entre crianças e jovens, que se tornam mais vulneráveis a problemas sociais, como o uso de drogas e o envolvimento em atividades ilícitas. Além disso, a falta de áreas de convivência prejudica a integração social, a saúde mental e o bem-estar físico da população. Nesse contexto, é fundamental reconhecer a importância

de espaços urbanos destinados ao lazer e à recreação, que, além de revitalizar o território, contribuem para humanizá-la, promovendo a inclusão social e a sensação de pertencimento. Práticas de lazer são essenciais para a recuperação de hábitos e culturas locais, sendo capazes de transformar áreas públicas em ambientes democráticos que oferecem oportunidades de convivência, redução da violência e promoção do bem-estar (Silva, et al. 2013).

Na categoria "Grave", as preocupações estão centradas em questões sociais e de segurança, com um destaque significativo para o risco de rompimento de barragens em que 24% (41) dos participantes classificaram o problema dessa categoria, que se alinha às preocupações ambientais sendo expressivamente sinalizado. Além disso, foram observados, também, a criminalidade com 24,6% (42), o abuso de drogas com 29,8% (51) e de álcool com 31% (53) emergem como problemas importantes que afetam a qualidade de vida da comunidade.

A categoria "Moderado" abrange questões que impactam diretamente as condições de vida da população, como moradia apontada por 42,1% (72) dos participantes como sendo um problema moderado, além disso, qualidade de vida 38% (65), serviços de saúde 37,4% (64) e transportes 35,1% (60). Esses elementos refletem a necessidade de melhorias estruturais e sociais que possam proporcionar um ambiente mais saudável e acessível para os cidadãos. A percepção de problemas moderados sugere que, embora a situação não seja alarmante, há espaço para intervenções que podem elevar o bem-estar da comunidade e facilitar o acesso a serviços essenciais.

Na categoria "Pouco Grave", as preocupações são mais brandas e se concentram em aspectos como vida familiar 14,6% (25),

desemprego 23,4% (40), pobreza 18,1% (31) e segurança física 17% (29). Embora esses problemas ainda sejam relevantes, sua classificação como "pouco grave" indica que a comunidade pode estar mais otimista em relação a eles, ou que suas implicações não são vistas como críticas. No entanto, é essencial continuar a monitorar essas questões, pois elas podem evoluir se não forem tratadas adequadamente, impactando a estabilidade e o bem-estar das famílias.

O Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza a percepção dos problemas da comunidade conforme identificados pelos participantes da pesquisa. Os problemas listados na primeira coluna (Categoria) foram classificados de acordo com a gravidade: muito grave, grave, moderado, pouco grave e não grave. As respostas dos participantes estão expressas no quadro, primeiramente em percentuais e, em seguida, em números absolutos.

Quando analisamos os mesmos problemas na categoria de "muito grave" em um recorte de gênero é possível notar uma reprodução das respostas grupais, isto é, presença da barragem e poluição voltam a ter destaque na análise demonstrando aproximação da avaliação por homens e mulheres, que pontuaram a poluição como "muito grave" em 67% (114) e 70% (119) respectivamente.

Por outro lado, observamos uma reprodução das avaliações que reflete tanto diferenças quanto semelhanças nas preocupações de homens e mulheres (Figura 2). Por exemplo, enquanto o abuso de álcool é percebido como um problema mais grave pelas mulheres (43,43% contra 36,92% dos homens), a vida familiar é considerada muito grave para elas (10,10%), em comparação a apenas 4,62% dos homens. Isso revela uma carga emocional e social que muitas vezes recai sobre o núcleo familiar nos domínios do cotidiano social

das mulheres. Essa diferença reflete os papéis masculino e feminino que, enquanto tipificações sociais, englobam aprovações, restrições e proibições transmitidas ao longo de gerações. Esses papéis moldam as expectativas sobre homens e mulheres, desde o bebê até o idoso, influenciando as percepções e vivências dos problemas sociais de maneira diferenciada (Negreiros, 2004).

Numa comunidade expressivamente constituída pela população autodeclarada negra, o racismo é um aspecto fundamental a ser destacado nesta análise. Considerando o grupo das mulheres, elas expressaram uma preocupação ligeiramente maior (27,27%) em comparação aos homens (24,62%). Esse padrão pode indicar que as experiências e sensibilidades das mulheres em relação a essas questões são mais profundas, possivelmente devido ao impacto direto em sua vida cotidiana e em suas relações familiares e sociais.

Ao analisarmos os problemas na categoria de “muito grave” sob a perspectiva de raça e cor autodeclaradas, percebemos diferenças significativas entre os grupos étnicos em relação à vida familiar. Apenas 9,3% da população parda considera a vida familiar um problema muito grave, e esse índice é ainda menor entre a população

preta, que apresenta uma percepção de 5,5%. Em contrapartida, entre a população branca, 20% classificam a vida familiar como um problema grave. Esses dados sugerem que, embora a vida familiar seja reconhecida como um desafio, a gravidade percebida varia conforme a autodeclaração de raça/cor.

Além disso, os dados indicam que as populações autodeclaradas negras, compostas por pardos e pretos, têm percepções distintas sobre diversos problemas sociais em comparação com a população em geral. No que diz respeito à poluição, 74,7% dos pardos e 70,9% dos pretos a consideram um problema muito grave, enquanto apenas 53,3% dos brancos compartilham dessa visão. Essa discrepância revela uma maior preocupação das populações negras em relação ao ambiente em que vivem, refletindo a realidade de que as condições de seus bairros podem ser distintas. Da mesma forma, em relação à presença da barragem, 74,7% dos pardos e 63,6% dos pretos expressam preocupações significativas, evidenciando uma percepção mais aguda dos riscos envolvidos.

Quadro 1. Percepção dos problemas da comunidade por todos os participantes do estudo.

Categoria	Muito grave	Grave	Moderado	Pouco grave	Não grave
Abuso de drogas	43.8% (75)	29.8% (51)	12.3% (21)	8.2% (14)	5.8% (10)
Desemprego	8.2% (14)	11.7% (20)	30.4% (52)	23.4% (40)	26.4% (45)
Criminalidade	15.8% (27)	24.6% (42)	28.2% (48)	20.5% (35)	11.1% (19)
Pobreza	22.8% (39)	27.5% (47)	23.4% (40)	18.1% (31)	8.2% (14)
Segurança física	22.3% (38)	21.6% (37)	28.2% (48)	17.0% (29)	11.1% (19)
Serviços de saúde	29.8% (51)	10.5% (18)	37.4% (64)	13.5% (23)	8.8% (15)
Poluição	69.0% (118)	15.2% (26)	9.9% (17)	5.3% (9)	0.6% (1)
Moradia	15.2% (26)	15.2% (26)	42.1% (72)	15.8% (27)	11.7% (20)

Qualidade de Vida	22.8% (39)	17.5% (30)	38.0% (65)	12.3% (21)	9.4% (16)
Transportes	19.9% (34)	19.9% (34)	35.1% (60)	15.2% (26)	9.9% (17)
Vida familiar	7.0% (12)	19.3% (33)	34.5% (59)	14.6% (25)	24.6% (42)
Presença da barragem	67.3% (115)	16.4% (28)	9.9% (17)	4.1% (7)	2.3% (4)
Risco de rompimento	54.4% (93)	24.0% (41)	15.2% (26)	4.7% (8)	1.8% (3)
Falta de práticas e áreas de lazer	47.4% (81)	21.6% (37)	19.3% (33)	7.0% (12)	4.7% (8)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

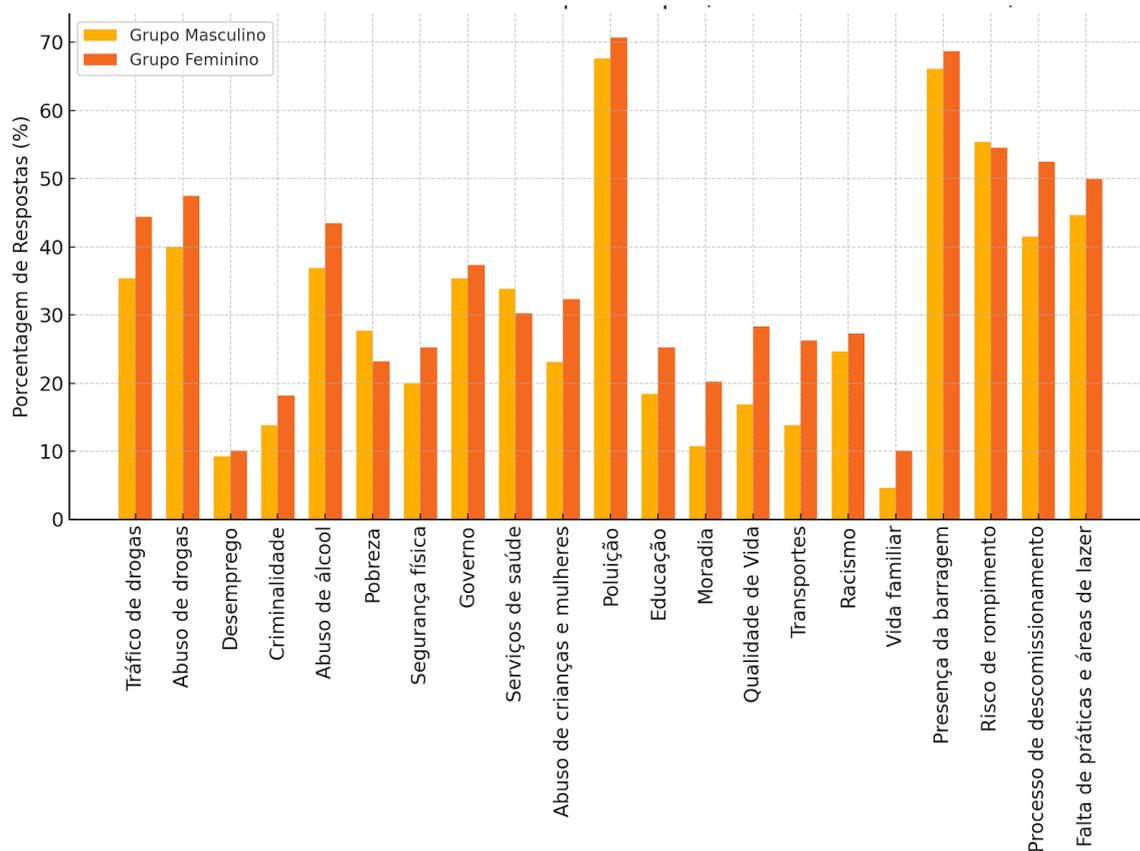


Figura 2. Problemas avaliados como muito graves na comunidade pelos grupos masculino e feminino.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Outro aspecto a ser destacado é o risco de rompimento. Entre a população parda, 62,7% consideram essa questão muito grave, enquanto a média geral é de apenas 46,7%, resultando em uma diferença de 16%. Essa maior preocupação entre a população negra se repete no tráfico de drogas, onde 41,3% dos pardos e 38,2% dos pretos veem esse problema como muito grave, em contraste com apenas 35% da população em geral. Essas estatísticas indicam que, embora haja variações, as preocupações entre as populações

negras são mais intensas, refletindo uma realidade social que muitas vezes não é devidamente reconhecida. Além disso, a criminalidade é percebida como um problema grave por 10,7% da população parda e 16,4% da população preta, enquanto 40% dos brancos expressam a mesma preocupação.

Quando analisamos os problemas da comunidade por faixa etária, observamos que a poluição é considerada a questão mais grave, destacando-se em várias faixas etárias: 61,9%

entre os jovens de 20 a 29 anos, 76,5% na faixa de 30 a 39 anos, e 73,5% entre os de 50 a 59 anos. O abuso de drogas é outro problema significativo, com 47,6% dos jovens de 20 a 29 anos e 45,5% dos de 40 a 49 anos. Em seguida, temos o abuso de álcool, que preocupa 39,1% dos adolescentes de 15 a 19 anos e 44,1% dos adultos de 50 a 59 anos. O tráfico de drogas também é uma preocupação, com 38,1% dos jovens de 20 a 29 anos e 40,9% dos de 40 a 49 anos reconhecendo-o como um problema sério.

As diferenças na classificação dos problemas variam entre as idades. Enquanto os adolescentes, que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos, apontam a poluição e o abuso de álcool como questões graves; os idosos, com idades de 60 anos ou mais, demonstram uma maior preocupação com a segurança física e a presença de riscos, como o risco de rompimento de barragens. O que mais aflige os adolescentes é a questão do abuso de drogas, com 47,6% considerando-a muito grave, enquanto os idosos, com 85,7% destacando o risco de rompimento, veem essa questão como a mais alarmante.

Em síntese, os dados analisados revelam uma clara hierarquia nas preocupações da comunidade, destacando a poluição e a presença de barragens como os problemas mais graves percebidos pelos moradores. A preocupação com a segurança, especialmente relacionada ao risco de rompimento das barragens, também são índices relevantes, refletindo o temor das consequências que esses eventos poderiam acarretar. Além disso, a falta de áreas de lazer é um fator crítico que afeta especialmente crianças e jovens, potencializando a vulnerabilidade a problemas sociais. As diferentes percepções entre grupos etários, de gênero e raciais indicam que as preocupações sociais são multifacetadas e exigem abordagens específicas. Assim, fica evidente a necessidade urgente de ações integradas e

direcionadas que visem não apenas a mitigação dos riscos ambientais e estruturais, mas também a promoção de espaços de convivência e lazer, visando melhorar a qualidade de vida da comunidade como um todo, integrando-a.

Análise do sofrimento mental participantes das atividades de extensão e pesquisa

A análise do sofrimento mental dos participantes foi realizada por meio de um questionário, o SRQ (*Self-Reporting Questionnaire*). Este considera que alguém se encontra em sofrimento mental quando o SCORE apontado é maior ou igual a 7 e, nesta pesquisa, as respostas foram analisadas e expostas dessa forma. O questionário contou com 20 perguntas, com respostas diretas de "sim" ou "não" que abordavam questões como a vivência atual de tristeza, aumento do choro e a ideia de autoextermínio.

A análise do sofrimento mental entre os gêneros revela uma disparidade significativa. Dentre as mulheres avaliadas, 85,9% (85) apresentaram um SCORE igual ou superior a 7, indicando sofrimento mental, enquanto apenas 35,4% (23) dos homens se enquadram nessa categoria. Essa diferença sugere que as mulheres podem estar enfrentando níveis mais elevados e intensos de sofrimento mental, influenciados por fatores sociais, psicológicos e culturais. Essa constatação alinha-se à ideia de que papéis sociais e expectativas, como o conceito de "*Strong Black Woman*," podem impor uma carga emocional significativa às mulheres, especialmente às mulheres negras, gerando impactos profundos na saúde mental (Erving; Frazier; Davidson-Turner, 2024).

Ao analisar o sofrimento mental sob a perspectiva racial e étnica, o estudo revela uma disparidade alarmante. As pessoas

autodeclaradas negras, pretas e pardas apresentam uma taxa de sofrimento mental de 59,85% (75), enquanto as pessoas brancas registram apenas 40,0% (6). Esses dados evidenciam a prevalência das enfermidades mentais entre a população negra, sugerindo que esses índices podem ser reflexo de fatores estruturais, como discriminação racial e desigualdade social. Além disso, demandas sociais e familiares, além de desigualdades interseccionais, podem agravar os riscos de sofrimento mental nesta população, destacando a necessidade de intervenções direcionadas e culturalmente sensíveis (Erving; Frazier; Davidson-Turner, 2024).

A distribuição do sofrimento mental por faixa etária indica que a adolescência e a terceira idade (70 anos ou mais) estão entre as idades com maior prevalência de sofrimento mental. A faixa etária de 80 anos ou mais apresenta uma taxa alarmante de 75% (3), enquanto a faixa de 15 a 19 anos, com 69,6% (16), também é preocupante. Em contraste, faixas etárias como 40 a 49 anos e 60 a 69 anos apresentam taxas inferiores, sugerindo que os jovens e os idosos podem ser particularmente vulneráveis a problemas de saúde mental.

Um dos dados mais preocupantes extraídos do questionário, que avalia o risco de suicídio na população, refere-se à vontade de acabar com a própria vida, uma vez que 26 dos 171 participantes afirmaram essa intenção (15,2%). Esse é um achado grave que ilustra uma comunidade fortemente impactada no campo da saúde mental, destacando um perfil preocupante de mulheres idosas e negras, que foi identificado ao analisar as categorias de gênero, idade e etnia para o SCORE acima de 7, indicando acometimento mental. Esses dados não apenas evidenciam a urgência em se abordar a saúde mental na população, mas também reiteram a necessidade de se fortalecer e reconhecer grupos importantes, como o

movimento social das Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira (Ferraz, 2022). A atuação dessas organizações é crucial para promover o apoio, a acolhida e a visibilidade necessários a essas mulheres, contribuindo para a construção de uma rede de cuidado e fortalecimento da saúde mental em contextos vulneráveis.

Capacidade de enfrentamento dos participantes das atividades de extensão e pesquisa

Em relação à capacidade de enfrentamento, utilizou-se a Escala de Enfrentamento Breve (Brief COPE), que inclui uma série de frases representando diferentes estratégias para lidar com problemas e reduzir o estresse. As respostas dos participantes indicam com que frequência eles utilizam cada estratégia em sua vida cotidiana. O uso elevado foi calculado com base no percentil 66, enquanto o médio uso correspondeu às pontuações entre o 33º e o 66º percentil, e o baixo uso foi definido pelas pontuações abaixo do 33º percentil.

Os dados da Escala de Enfrentamento Breve revelam uma disparidade significativa nas estratégias de enfrentamento entre os gêneros. Enquanto 94,94% (94) das mulheres demonstram alto uso de estratégias de enfrentamento, apenas 27,69% (18) dos homens fazem o mesmo. Este contraste sugere que as mulheres podem estar mais propensas a adotar abordagens ativas para lidar com problemas e estresse, o que pode ser um reflexo de suas experiências sociais e emocionais construídas ao longo do tempo (Erving; Frazier; Davidson-Turner, 2024). Por outro lado, o fato de que uma parte considerável dos homens 47,69% (31) apresenta um uso médio de estratégias pode indicar uma hesitação em se buscar ajuda ou em reconhecer a necessidade de enfrentamento, revelando questões relacionadas à masculinidade e ao estigma que cerca a vulnerabilidade

emocional dos mesmos. Além disso, o baixo uso reportado por um número reduzido de mulheres 1,01% (1) e a existência de 4,04% de respostas ignoradas evidenciam a necessidade de promover uma maior conscientização sobre a importância de estratégias saudáveis de enfrentamento, especialmente entre os homens. Esses resultados ressaltam a urgência de intervenções direcionadas que incentivem todos os gêneros a desenvolver habilidades de enfrentamento eficazes, contribuindo para o bem-estar emocional da comunidade como um todo partindo de estratégias de estabelecimento de fortes vínculos socioafetivos, como o coletivo de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira que fortalece a luta feminina local (Ferraz, 2022). Nesse sentido, Porter (2000, apud Rabasquinho, 2007) destaca que as diferenças entre os gêneros na adoção de estratégias de enfrentamento podem estar relacionadas a papéis de gênero estereotipados, que influenciam as formas como homens e mulheres enfrentam fatores estressantes. Enquanto as mulheres tendem a buscar maior suporte social e catarse, os homens geralmente adotam estratégias mais focadas na resolução direta dos problemas. Essa disparidade, segundo o autor, reflete a socialização diferenciada entre os gêneros, sugerindo que tais comportamentos são mais influenciados por construções sociais do que por diferenças intrínsecas de resposta ao estresse.

Ao comparar os adolescentes com os idosos na avaliação da capacidade de enfrentamento pela escala BRIEF, observa-se uma diferença significativa nas categorias de uso. Entre os adolescentes de 15 a 19 anos, 21,74% (5) apresentam alto uso da capacidade de enfrentamento, enquanto entre os idosos de 70 a 79 anos e aqueles com 80 anos ou mais, não há registro de alto uso. Em relação ao uso médio, a maioria dos adolescentes 34,78% (8) e a maior parte dos idosos com mais de 80 anos 75,00% (3)

demonstram essa capacidade, o que indica uma estabilidade relativa no enfrentamento em ambos os grupos, embora os adolescentes também tenham uma maior porcentagem de baixo uso 39,13% (9) em comparação com os idosos com mais de 60 anos.

Quando analisamos os adultos, a distribuição entre as diferentes faixas etárias apresenta um padrão distinto. A faixa de 40 a 49 anos registra o maior percentual de alto uso 40,91% (9), enquanto outras faixas etárias de adultos, como a de 50 a 59 anos, apresentam 23,53% (8) de alto uso, e os idosos de 60 a 69 anos, 24,00%. Já em termos de uso médio, a faixa de 50 a 59 anos se destaca com 52,94%, e a de 60 a 69 anos com 60,00% (15), mostrando um uso mais consistente da capacidade de enfrentamento em idades avançadas. Por outro lado, o baixo uso é menos frequente entre os adultos em geral, sugerindo uma maior estabilidade emocional em comparação com outras faixas etárias, como adolescentes e idosos.

Por fim, não se observa uma faixa etária que se destaque significativamente pelo alto uso de estratégias de enfrentamento. A maioria das categorias etárias apresenta um uso médio predominante, com destaque para a faixa de 50 a 59 anos, que, apesar de mostrar um uso médio, também revelou uma porcentagem considerável de baixo uso.

Da mesma forma, ao comparar autodeclarados negros (pretos e pardos) com brancos na avaliação da capacidade de enfrentamento pela escala BRIEF, nota-se uma diferença significativa. Entre os pretos, 34,55% (19) apresentam alto uso da capacidade de enfrentamento, enquanto entre os pardos esse percentual é de 25,61% (21). Já entre os brancos, apenas 6,67% (1) demonstram alto uso. Em termos de médio uso, tanto pretos com 34,55% (19) quanto pardos com 53,66% (44) apresentam

resultados mais equilibrados, sendo esse valor semelhante ao dos brancos com 53,33% (8). No entanto, o baixo uso é consideravelmente maior entre os brancos 46,67% (7) em comparação aos pretos 18,18% (10) e pardos 20,73% (17), indicando que autodeclarados brancos apresentam mais dificuldades no enfrentamento em relação aos grupos negros.

As diferenças na capacidade de enfrentamento reveladas pela Escala de Enfrentamento Breve (BRIEF) destacam questões profundas que vão além dos dados numéricos. O elevado uso de estratégias de enfrentamento entre as mulheres pode estar relacionado ao fortalecimento da identidade coletiva, como evidenciado na expressividade da trajetória do coletivo "Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira" (Ferraz, 2022). Esse movimento não apenas proporciona um espaço de pertencimento, mas também movimenta recursos emocionais e sociais que são cruciais para enfrentar desafios específicos da comunidade.

A presença de um grupo tão amplo, abrangendo idades de 20 a 70 anos, indica que várias gerações estão simultaneamente enfrentando e superando adversidades, com destaque aos adultos de 40 a 49 anos que se destacam com o maior percentual de alto uso em relação a outras idades.

Conclusão

O estudo conduzido no distrito de Antônio Pereira revela uma comunidade marcada por desafios complexos e interseccionais, especialmente no que diz respeito à saúde mental, econômica, ambiental e social de seus moradores. A análise demográfica aponta que as mulheres negras, particularmente na faixa etária entre 50 e 59 anos, representam uma parcela significativa da população estudada, destacando-se como protagonistas em um contexto de baixa renda e

dificuldades estruturais do território. Elas agenciam diretamente as dinâmicas coletivas pelo território, em especial na proteção da vida.

Os resultados analisados nesse estudo evidenciam altos índices de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, além de uma prevalência preocupante de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Esse fato é ilustrado pelo uso de medicamentos da população que, em principal, é composto por medicamentos para doenças crônicas e antidepressivos. Ademais, a análise das escalas de enfrentamento e de sofrimento mental revelam disparidades significativas entre grupos de gênero, raça e faixa etária, com as mulheres e as populações negras sendo desproporcionalmente afetadas.

A proximidade da comunidade de Antônio Pereira à área de mineração e à exposição aos riscos ambientais no território, como o rompimento de barragens, agravam o cenário de vulnerabilidade, intensificando o sofrimento mental e as percepções de insegurança no território. Além disso, as preocupações relacionadas à poluição e à falta de áreas de lazer também emergem como problemas críticos e determinantes para a saúde da população, impactando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores.

Diante desse contexto, é essencial que as políticas públicas e ações de extensão sejam orientadas para atender às demandas mais urgentes da comunidade, com foco na saúde mental, na melhoria das condições de infraestrutura e no fortalecimento das redes de suporte social e emocional. A participação ativa da comunidade em programas como o "De Mãos Dadas com Antônio Pereira" é um testemunho para a relevância de ações socioeducativas no âmbito da saúde coletiva que ofereçam uma base importante para a construção de soluções, promovendo o empoderamento e o acolhimento dos moradores.

Este estudo reflete tanto as dificuldades enfrentadas pela população de Antônio Pereira quanto a capacidade de enfrentamento de seus moradores. No atual cenário de compreensão dos danos próprios das práticas de mineração, ele é essencial para dar visibilidade a questões sociais que muitas vezes passam despercebidas nos processos de gestão de saúde no território. No entanto, o estudo enfrentou desafios devido à sua curta duração e à complexidade da dinâmica adotada. A metodologia envolveu a aplicação de um formulário eletrônico, seguida da realização de um grupo focal, o que exigiu uma execução rápida e bem coordenada, representando desafio cronológico, tecnológico e de análise. Embora tenha cumprido seus objetivos iniciais, o estudo deve ser aprofundado para as questões mais complexas, tais como análises clínicas do ar, da água e dos corpos do território.

Agradecimentos

Agradecemos à comunidade de Antônio Pereira pela receptividade e pelo papel essencial na realização deste estudo. A participação ativa dos moradores foi crucial para a coleta de informações que embasaram as análises aqui apresentadas. Este trabalho foi desenvolvido como parte do programa de extensão e pesquisa "De Mãos Dadas com Antônio Pereira" (Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo financiamento do programa de extensão e pesquisa por meio do Edital Nº 011/2022 - APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO EM INTERFACE COM A PESQUISA APQ-03101-22) cuja estrutura e apoio foram fundamentais para sua execução. Por fim, expressamos nossa gratidão a todos os envolvidos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste estudo, reafirmando a importância de iniciativas voltadas para a saúde e o bem-estar da população de Antônio Pereira.

Referências

- ADESKY, J.E.F.D. **Pluralismo étnico e multiculturalismo-racismos e anti-racismos no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural e Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- APOLINÁRIO, A. de L. O coletivo "A nova imagem do Pereira" enquanto um instrumento de luta e resistência de adolescentes e jovens do distrito de Antônio Pereira – Ouro Preto/MG. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- ASSIS, A. *Grande roda da saúde. Pereira.doc! 1º Seminário de pesquisa da saúde coletiva de Antônio Pereira*, Ouro Preto, MG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=hCtCdEJWx6o>. Acesso em: set. 2024.
- ASSIS, A. "The senses of the wheel": Group practices in qualitative health research. **New Trends in Qualitative Research**, v. 18, p. e842, 2023.
- ASSIS, A.; QUINTINO, S. H. **O paraíso atingido: desterro e restauro das comunidades atingidas pelas barragens e mineração**. In: ASSIS, A.; CORRADO, A. R. (orgs). **Territórios saudáveis e sustentáveis: saúde e educação nas escolas e comunidades**. Santo André, SP: V&V Editora, 2025.
- ASSIS, A. D. de; VIEIRA, S. M.; FIGUEIREDO, A. M. de; et al. "De mãos dadas com Antônio Pereira" Acolhimento e empoderamento dos moradores e moradoras para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto, Minas Gerais. **Além dos Muros da Universidade**, v. 9, n. 2, p. 137–156, 2024.
- BECHLER, R. R.; PEREIRA, J. S. Ouro Preto de todos os tempos: sentidos e efeitos do patrimônio na condição histórica da cidade. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 67-90, 2014.
- BESERRA, R. K. P.; CAMARGO, P. L. T. de. O impacto da mineração no cotidiano das comunidades atingidas: O caso do distrito de Antônio Pereira em Ouro Preto – MG. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 109–125, 2023.
- BESERRA, R. K. P.; CAMARGO, P. L. T. de. O impacto da mineração no cotidiano das comunidades atingidas: O caso do distrito de Antônio Pereira em Ouro Preto – MG. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 109–125, 2023.
- CARVER, C. S. You want to measure coping but your protocol too long: Consider the brief cope. **International Journal of Behavioral Medicine**, v. 4, n. 1, p. 92-100, 1997.
- CASTRO, G. de C. **Que força é essa que veem na mulher negra? Assimetrias e (In) Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça; Leituras de ativismos e opressão horizontal**. Salvador, 2019.
- COELHO, P. P. **O germe da insurreição para além da metrópole: narrativas da participação e da luta popular em Antônio Pereira, Ouro Preto-MG**.

Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo), - UFMG, Belo Horizonte, 2017.

CORRADO, A. R.; MORAIS, J. E. T.; MOURA, J. P. M. de; LOPES, B. C.; Assis, A. D. de. Estudo da situação e necessidades de saúde da comunidade de Antônio Pereira, Ouro Preto-MG: Primeira fase. **Além dos Muros da Universidade**, v. 9, n. 2, p. 94–111, 2024.

CRUZ, R. I. F. **Análise da evolução populacional dos distritos de Ouro Preto/MG entre os anos 2000 e 2010**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Cartografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CRUZ, A. P. L. P. As controvérsias dos riscos associados às barragens de rejeitos da mineração: Uma análise sobre as implicações das Zonas de Autossalvamento em Antônio Pereira/MG. **Pensata**, v. 11, n. 2, 2022.

DUARTE, R. G.; MACHADO, D. de Q.; MATOS, F.R.N. Pesquisa qualitativa nas ciências sociais: uma discussão acerca de sua complexidade e perspectivas futuras. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 14, n. 104, p. 203-224, 2013.

ERVING, C. L.; FRAZIER, C.; DAVIDSON-TURNER, K. J. Are characteristics associated with strong Black womanhood linked to depression in older Black women? **Women's Health**, v. 20, p. 17455057241274923, 2024.

ESPINDOLA, H. S.; FERREIRA, N.M.; MIFARREG, I. E. G. Território da mineração: Uma contribuição teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 62, n. 2, p. 67-93, 2017.

FERRAZ, N. População de Antônio Pereira, em Ouro Preto, realiza caminhada de fé para reivindicar direitos das pessoas atingidas pela mineração, 2022. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2025.

GONÇALVES, D. M.; STEIN, A. T.; KAPCZINSKI, F. Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 380-390, 2008.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ***Pesquisa Nacional de Saúde 2019a: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e Grandes Regiões***. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101764.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2019b: características gerais dos**

habitantes. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais (2024)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: maio de 2025.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pobreza e desigualdade continuaram caindo**. (2010). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/4718-pobreza-e-desigualdade-continuaram-caindo-em-2009>. Acesso em: 19 mar. 2025.

KAUFMAN, J. D.; HAJAT, A. Confronting Environmental Racism. **Environmental Health Perspectives**, v. 129, n. 5: p. 51001, 2021.

MARÍN-LEÓN, L.; OLIVEIRA, H. B. de; BARROS, M. B. de A.; DALGALARRONDO, P.; BOTEGA, N. J. Percepção dos problemas da comunidade: influência de fatores sociodemográficos e de saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 5, p. 1089–1097, 2007.

MELO NETO, O. P. de. **Hipertensão arterial em Ouro Preto (MG): avaliação terapêutica farmacológica e de fatores de risco cardiovascular**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

NEGREIROS, T. C. de G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 34–47, 2004.

NEVES, S. de M. Ouro Preto, além do centro histórico: indígenas, mineração e movimentos sociais. Território em Disputa. 2022. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

ORO, A. P. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. **Debates do NER**, v. 20, n. 37, p. 69–92, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Antônio Pereira. Disponível em: <https://www.ouropreto.com.br/distritos/antonio-pereira>. Acesso em: agosto de 2024.

RAINÁ, R. Ciclo de cuidados das mulheres de Antônio Pereira: empoderamento feminino. Além dos Muros da Universidade, v. 9, n. 2, p. 57–69, 2024.

SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; SANTOS, A. R. M. et al. Espacios públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, v. 16, n. 2, 2013.

VALOIS, M. C. R. **Fatores associados ao controle da hipertensão arterial sistêmica em usuários da atenção primária à saúde de Ouro Preto-MG**

(HipertenSUS). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

WEINTRAUB, A. C. A. de M.; NOAL, D. da S.; VICENTE, L. N.; KNOBLOCK, F. A atuação do psicólogo em situações de desastres: algumas considerações baseadas em experiências de intervenção. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, n. 53, p. 4–5, 2015.